



ASSUNTOS DIVERSOS

ASPECTO DA PENETRAÇÃO SOVIÉTICA NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

PHILIPPE SCHNEYDER

Tradução da *Révue Militaire d'Information* de
junho de 1961 pelo Tenente-Coronel M. Potyguára

INTRODUÇÃO

ASSISTÊNCIA E SUBVERSÃO

Fato capital de após guerra, geralmente desconhecido, é a concomitância (concomitância mesmo e não coincidência) que existe entre a tomada de consciência da noção de **subdesenvolvimento** e o plano subversivo pôsto em prática conjuntamente por Moscou e Pequim, na esperança de conquistar parte do **Terceiro Mundo** mercê de vesga política da assistência "técnica".

A desigualdade de desenvolvimento das sociedades humanas certamente não é coisa nova, mas foi necessário o impulso do progresso técnico e a intervenção de fatores com caracteres simultaneamente estratégicos e político-militares para que a necessidade e a urgência de ajuda, aos países subdesenvolvidos, se impusessem ao mundo civilizado, não só como dever de solidariedade mas como imperativo de sobrevivência, sem falar no poderoso meio de propaganda em que tal ajuda se converte posteriormente.

Nunca se dirá o bastante sôbre as nefastas conseqüências da divisão em zonas de influência, resultantes do acôrdo de Yalta, não sômente para os destinos do mundo como para o das relações internacionais.

Dentre outros fatores, determinantes desta evolução, é necessário ainda acrescentar o da diminuição das distâncias, fenômeno que os soviéticos souberam explorar admiravelmente para as exigências de sua publicidade. Foi somente a partir do dia em que os russos, a fim de pugnar pela hegemonia e impor ao Mundo o coletivismo, assumiram o risco (enorme) de oferecer as mais temíveis descobertas científicas a países que, desde séculos, se mostravam incapazes de contribuir para o progresso científico, que as relações entre nações ricas e pobres foram definitivamente subvertidas.

É verdade que o problema de assistência às regiões subdesenvolvidas, já por si bastante complexo e árduo de início, (não bastasse a grande diversidade do mundo subdesenvolvido) foi escoimada de sua substância humana e sociológica para se transformar, graças à pressão de necessidades externas, em argumento econômico e político.

Tal assertiva é tão verdadeira que a cada uma das fases atravessadas pelo problema do subdesenvolvimento propriamente dito, **humanitária** (ONU = isto é internacional) e **fase da concorrência e da demagogia**, orientada a seguir para o bilateralismo (desafio Este-Oeste) corresponde uma fase da política dos países comunistas em relação ao **Terceiro Mundo**, assim, antes de 1949, "statu-quo", respeito ao equilíbrio imposto pelo surgimento das Nações Unidas; posteriormente, volta às idéias de Lenine, preconizando a exportação do comunismo a países subdesenvolvidos aproveitando a política de descolonização, diretamente inspirada pelos EE.UU na Europa... Finalmente, após 1955, desencadeamento da ofensiva sino-soviética em direção à África, a partir da conferência afro-asiática de Bandung.

Tal paralelismo é digno de ser admirado mormente quando se leva em conta que as conquistas de influência da Rússia e da China no Oriente Próximo e depois na África são posteriores ao movimento de independência das colônias ou territórios sob tutela européia.

Deve-se deplorar profundamente que as verdadeiras soluções para os problemas de: subequipamento, subnutrição e subcultura, só sejam encontradas quando certas potências hajam repudiado o fanatismo e a demagogia. É claro que o atual interesse pelo "Terceiro Mundo" obedece muito mais a um certo diletantismo e determinada logomaquia do que a uma concepção objetiva e serena das realidades econômicas. A ajuda aos países subdesenvolvidos em realidade só servirá de "ponte" entre países de culturas e níveis diferentes quando o universo tiver deixado de ser esfacelado, entre duas ou mais ideologias rivais e concorrentes.

Dai as linhas mestras do presente estudo: **assistência e subversão**, que, a priori, parecem bastante afastadas uma da outra, mas cuja aproximação só é insólita aparentemente.

JUSTIÇA MILITAR (*)

A DESERÇÃO E SEUS ASPECTOS

Capitão GERALDO SAMPAIO VAZ DE MELO

1ª PARTE

1. Para debatermos o assunto, procurando compreender as imperfeições que apresentam os ditames penais insculpidos sobre a deserção, e contribuir ao estudo de diretrizes mais ajustadas, não nos poderemos cingir ao mero estudo contemplativo. Oportuno e conveniente se torna, quase mesmo uma exigência em acometidas dêsse quilate, que se procure perfilar as origens históricas do tema, traçando-lhe os exatos contornos e assinalando as distorções que o amoldamento à alma dos povos e a evolução determinaram.

Desta forma, uma rápida incursão às fontes romanísticas e um exame, também sumário, da monumental codificação que circunda de glória o povo que a concebeu, ajudar-nos-ão, sobremodo, a analisar a figura jurídica da deserção.

Costumavam os romanos fazer a distinção — e nesse pormenor foram seguidos por algumas legislações contemporâneas — entre o ausente (aquêle que regressa ao campo militar após ter vagado muito tempo), e o desertor (é o que após ter vagado muito tempo, vem reconduzido), definições contidas no "De re militari" (Dig. Parte VII, Livro XLIX).

Portanto, só era desertor o que retornava às fileiras castrenses mediante captura; distinguam-se no fato de que para um o regresso era voluntário e para outro forçado.

Não encontramos no Direito Romano a fixação do prazo estabelecido, modernamente, como limite cronológico para que o abandono das fileiras configure o crime, prazo êste que é a condescendência ou graça em proveito do faltoso.

Para entender o bifrontismo com que os romanos encaravam o abandono das hostes militares e a diferenciação entre regresso voluntário e forçado, reproduziremos a opinião de Nicolau Maquiavel, Secretário da República de Florença, homem que ingressou nas páginas da História como político de rara malícia e prodigiosa sagacidade, o qual já dizia em o seu livro "A Arte da Guerra" — projetando a aversão dos antigos pelos que desertavam, pois temiam-lhes a repercussão do gesto: — "Um homem que deserta enfraquece muito mais um exército que um homem morto, embora o nome de trãnsfuga o torne tão suspeito a seus novos amigos quanto àqueles que êle abandonou". Para evitar que o soldado, diante de sua irremediável situação, passasse ao inimigo, abriam-lhe as

(*) Os ns. 562, 563 e 564, de junho, julho e agosto, desta Revista, publicavam os dois primeiros artigos desta série — Nota da Redação.

portas de uma reapresentação voluntária, o que valia o seu enquadramento como ausente (emansor) e um castigo sensivelmente mais brando.

Raciocínio bastante lógico, se atentarmos para o estado de constante beligerância de Roma, como inspirador dessas medidas.

Há os que, por submissão à matriz histórica, timbram na importância da dupla figura. Ora, o que tinha certo fundamento na antiguidade, dada a índole militarista de uma nação, carece hoje de base pois se diversificaram os fatores. Quando os estandartes romanos empreendiam uma avassaladora conquista em todo orbe, organizaram o tempo de serviço de tal maneira que as legiões se renovavam inteiramente cada quinze anos, para ensejar uma idéia da duração do trato das armas.

Então, o retorno voluntário ou a captura, após vagar muito tempo (na própria definição) configuravam um ou outro caso, influenciando praticamente no castigo cominado e no tratamento dispensado ao infrator. Era o elemento subjetivo, assinalado pela circunstância em que se dava a recuperação do militar para o serviço das armas, que decidia o seu enquadramento. Vir capturado era a segura presunção de ter querido abandonar definitivamente o serviço das legiões. Tratava-se, como é fácil de depreender, de uma prova discutível e precária, do ânimo do transgressor; valia como pública demonstração de seu arrependimento eficaz. Quanto a nós, herdeiros das tradições latinas, preferimos olvidar a distinção e manter uma figura unitária, contemplando a apresentação, voluntária ou não, com o valor de circunstância que agrava ou atenua a pena, sem decidir da existência do crime. Como atenuante especial, a volta "sponte propria" é um critério mais apegado à realidade e se reveste de maior dose de bom-senso, dentro das condições em que é prestado o serviço militar em nosso País, ao revés da antiguidade clássica quando os conscritos eram submetidos a extensos e quase vitalícios períodos do serviço d'armas, com aspectos inteiramente diversos.

2. Nas verdadeiras democracias, o serviço militar é uma emanção da cidadania. Onus cívico e constitucional, os que a êle se furtam, alegando convicções religiosas, deveriam receber um tratamento menos tolerante que o atual, sendo-lhes cassada a própria cidadania e não apenas privados dos direitos políticos. Urge que os Podêres da República reestudem o problema, em consequência do número cada vez mais incrementado dos que recorrem a êsse tipo de isenção, numa ação e propaganda verdadeiramente lesiva aos interesses pátrios no que êles têm de mais caro e sagrado.

Na caserna, dá-se ao soldado um tratamento profundamente humano, com assistência e compreensão, desde o período em que é seleccionado para incorporação. Os que são comprovadamente arrimos de família, desde que requeiram dispensa de servir, são incluídos no excesso do contingente. Há casos porém em que tal medida não pode ser concretizada em face de uma peculiar situação do interessado que está em débito com as obrigações militares (insumisso ou refratário); mesmo assim

não deixa de ser amparado pelo recebimento em dinheiro das etapas de alimentação e salário-família, quando a êle fizer jus.

Desta forma, cumpre-se uma louvável e bem inspirada política de prevenção de futuras deserções. Coadjuvando tal propósito, encontramos o lapso, relativamente curto de um ano, como tempo de prestação do serviço militar, em comparação ao de outros países que o tem fixado em 24 meses; além do mais, a idade em que é feita a convocação, 18 anos, causa menos transtornos à vida particular dos conscritos.

Digno de especial menção é o procedimento mandado observar no Exército, inspirado em lapidar voto de um dos mais ilustres membros do Egrégio Superior Tribunal Militar — o insigne General Tristão de Alencar Araripe — segundo o qual o Comandante imediato do faltoso (Sub-unidade ou equivalente) ao constatar a ausência do mesmo, deverá inteirar-se, através de uma sindicância ou constatação local, dos fatores que motivaram a falta. Muitas vêzes há razões de ordem familiar, como enfermidades graves e situações delicadas, que influem no ânimo do faltoso — como poderosa lógica afetiva — e unidas à inexperiência e falta de meios para comunicá-las, conduzem-no à inexorável condição de desertor.

Tal determinação, sábia e humana, tem evitado que muitos, por inadvertência, incidam nas penas da lei, permitindo que regularizem sua situação antes de decorrido o prazo de graça.

3. No Brasil colonial, o "Regulamento de Infantaria e Artilharia de 1763", ampliado, na época imperial, para tôdas as Armas pela provisão de 11 de outubro de 1843, cujo autor era o célebre Marechal Conde Von Lippe, assim dispunha em seu art. 14 — Cap. XXVI (Dos Artigos de Guerra): "Todo aquêle que desertar, ou que entrar em conspiração de deserção, ou que sendo dela informado e não a delatar, se fôr em tempo de guerra, será enforcado; e aquêle que deixar sua companhia ou regimento, sem licença para ir ao lugar de seu nascimento, ou a qualquer outra parte que seja, será castigado com a pena de morte, como se desertasse para fora do reino".

Com o decreto de 9 de abril de 1805, foi posta em vigor a Ordenança para os crimes de deserção em tempo de paz, diferenciando-a em simples ou agravada e, segundo êsse diploma, agravam-na as seguintes circunstâncias: 1^a — Estando o soldado de guarda. 2^a — Em destacamento menor de cinco homens. 3^a — Achar-se o corpo em marcha ou 24 horas antes. 4^a — Escalando muralha ou estacada de uma praça fortificada. 5^a — Levando o seu armamento. 6^a — Roubando antes os seus camaradas. 7^a — Tendo desertado para fora do país ou para o inimigo. Ainda ocupando-se do mesmo assunto, e discriminando o armamento do precitado art. 5^o da Ordenança de 1805, foi baixado o Decreto n. 1.671, de 7 de novembro de 1855, que acrescia, entre os motivos de exasperação da pena, levar o desertor consigo qualquer outro objeto de propriedade nacional, insito ao serviço militar.

Como esclarecimento digno de realce, faz-se oportuno citar que, na vigência da Ordenança de 1805, constituía-se o crime de deserção, por excesso de licença, após trinta dias contados a partir daquele em que findava a mesma, ao passo que, não estando o militar em licença, consumava-se o delito com oito dias de ausência; da mesma forma não incidia o militar que faltasse três vezes, no lapso de um ano — contado do dia da primeira falta — e que em cada uma destas faltas estivesse ausente por mais de três dias e menos de oito. Após a extensão ao Exército, do Código Penal para a Armada, através da Lei n. 612/1899, o prazo consumativo para os casos comuns, em tempo de paz, foi fixado em oito dias de ausência, mantido pelas disposições vigentes — Código Penal Militar de 1944. Certos casos especiais serão tratados em detalhe na segunda parte do presente trabalho, ao assoalhar-mos as situações características das quais decorre o delito.

4. Pertence a deserção ao grupo dos crimes chamados de estado ou de ofício, ou propriamente militares. Enquadra-se entre as figuras anti-sociais próprias à profissão das armas, sob o aspecto de sua constituição orgânica, no dizer de Hélio Lôbo em sua erudita obra "Sabres e Togas". Atenta contra o dever militar e está capitulada no art. 163 e seguintes do CPM.

Sem pretensões didáticas, procuremos sua categorização ao lado dos demais delitos, já se sabendo que é propriamente militar porque só pode ser cometido por soldado (*uti miles*).

Será, de certo modo, instantâneo porque se consuma no exato momento em que expira o prazo de graça, não admitindo tentativa, e é de efeitos permanentes. Simples, pois se compõe de uma ação única, e singular, porquanto praticado por uma só pessoa.

Quanto à sua conformação subjetiva, é delito formal porque consiste na simples violação de norma contida no artigo da lei, ou, segundo a opinião de Florian, porquanto a ação que o constitui basta por si só para violar a lei, sendo indiferente o sucesso material e suficiente a constatação da objetividade jurídica.

Vimos que a deserção depende subsidiariamente do conceito de ausência, contido nos artigos 263 e seguintes do CJM, a qual é "comunicada em parte somente depois de estar faltando há 24 horas, ao quartel, navio ou estabelecimento, a praça, quando então passa a ser considerada — decorridas que foram estas 24 horas — ausente"; — "êsse dia em que a praça passou a ausente, será o da ausência. O STM tem decidido que "o prazo para que se constitua o crime de deserção, conta-se a partir de zero hora do dia seguinte ao da ausência às 24 horas do oitavo dia (Tópicos do acórdão prolatado no julgamento do Recurso Criminal n. 2.714/Estado da Bahia, do STM, publicado no Apenso ao DJ n. 194, de 27 de agosto de 1958). Estas noções fundamentais são lembradas em face de dúvidas oriundas de lapsos na redação de formulários, onde se consigna a revista do recolher como limites da fluência do prazo de graça.

(Continua no próximo número)

CENTRO DE ESTUDOS NUCLEARES DO EXERCITO, MARINHA E AERONÁUTICA

(C.E.N.E.M.A.)

ESQUEMA INTRODUTIVO

Major JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO

1 — INTRODUÇÃO

- 1.1 — O preparo para a Guerra.
- 1.2 — O adestramento para a sobrevivência.
- 1.3 — Objetivo.

2 — DESENVOLVIMENTO

- 2.1 — O raciocínio do C.E.N.E.M.A.
- 2.2 — Evolução.
- 2.3 — Comentários.

3 — CONCLUSÃO

- 3.1 — O preparo das elites como autoconservação.
- 3.2 — O prêmio da produção.
- 3.3 — Término.

1 — INTRODUÇÃO

1.1 — O preparo para a Guerra

1.1.1 — "Ad Bellum Pace Parati" (Na Paz, Estai preparados para a guerra).

Eis a formulação sentenciosa de uma expressão que, devido ao seu sabor usual internacional, vem encontrando enorme grau de receptividade nos setores encarregados da Segurança e deve constituir um incremento em nossa política preventiva de autodefesa.

O cabimento dessa normalização de conduta encontra eco em nossos órgãos militares e tudo leva a crer no desenvolvimento da mentalidade científica que domina o país atualmente, fixando, com traços potentes e renovadores, a própria conduta científica das ações militares.

Numa geração em que os conflitos pela sobrevivência estão, em certo grau, num sentido tumultuoso, é vivificante assinalar o papel das Forças Armadas Brasileiras na dinamização do desenvolvimento científico.

Buscando nos arquivos da humanidade peças da História Militar, veremos que o Exército tem demonstrado, através dos séculos, que não é a vida o valor máximo e sublime do homem, mas a maneira e o modo em saber convenientemente utilizá-la.

E é significativo recordar que, quase todos os fundadores de estados universais e todos aqueles que possibilitaram ao seu país escapar da destruição prematura, foram soldados.

O rol constitutivo dos mesmos é vasto através do ciclo histórico, datando do Império dos Sumerianos e Acadianos, fundado há 47 séculos até o Império Romano, que é o antepassado direto e harmônico de nossa atual civilização.

Podemos incluir o Império "Universal" dos Incas, dos Faraós, o Império Chinês de Tsin e de Han, o Império dos Maias, o Império Neobabilônico de Nabucodonosor, o Império Japonês criado por Hideyoshi e o Império Hindu por Baber.

É histórico mencionar que todos os nomes citados por nós, dos salvadores dos respectivos países, são de generais, de Naram Sin a Nicephorus Phocas — o Napoleão do século IX. É ainda sintomático mencionar que a guerra é anterior à humanidade. Diz-nos o historiador hebreu que os Anjos fizeram guerra a Jehovah; diz-nos a mitologia helênica que contra Júpiter levaram guerra os Titãs; diz-nos o Padre Antônio Vieira: "É a guerra aquele monstro que sustenta das fazendas, do sangue, das vidas; e quanto mais come, e consome, tanto menos se farta".

A grande incógnita filosófico-social permanece sem solução: Desaparecerá do mundo algum dia a Guerra?

1.1.2 — E quanto à problemática da cooperação da elite médica, civil e militar, na concepção, estudo, treinamento, aperfeiçoamento das técnicas e métodos correlacionados com a evolução científica da guerra e sua estabilização humanitária nas ações militares?

A antiga tendência de se prescrever aos médicos e dirigentes físicos, químicos, biólogos e veterinários, receitas bem moderadoras no sentido do cooperativismo dentro do quadro militar, está sendo auspiciosamente ultrapassada. Sim, por uma mentalidade viva e dinâmica em que o valor representativo desses homens de nível superior, civis e militares, harmonicamente está começando a assumir aspectos verdadeiramente reformulativos e de transcendentais resultados.

A mudança operativa está começando a ser deslumbrada no horizonte da ciência médica militar e em marcha os instrumentos de trabalho experimentais brasileiros.

A posse da arma nuclear pelos aliados apressou o julgamento dos céticos e desviados das realizações do futuro para um panorama realístico. Provocou, portanto, a dependência das civilizações urbanas às armas nucleares das grandes potências que as tivessem. Surgiam, assim, novas perspectivas no sentido de articular novas concepções baseadas na evolução da movimentação e do estacionamento de órgãos e pessoal às investidas dos engenhos nucleares.

A idealização de um quadro mental em que o apêlo ao humanitarismo cristão seja fato, argumentando-se que a guerra nuclear, de definitiva destruição irrestrita, só pode resultar no colapso da civilização moderna, foge

à realidade, que a História Militar teima em rejeitar. Porque os fundamentos históricos nos mostram que êsse apêlo pressupõe uma completa racionalização e grau de decência humana, o que anularia tôda evidênciação em contrário desde o guerreiro asiático Genghis Kan ao místico alemão do século XX, Himmler.

Assim, a associação e a conjugação de esforços entre os membros qualificados de nossas Fôrças Armadas, em trabalho grupal com os cientistas civis, forneceriam as bases de uma intensificação no preparo de uma mentalidade revitalizadora.

Preparo êsse para nos colocar à frente, e não retaguarda, dos acontecimentos que se precipitam.

Um panorama extremamente básico em todo o problema nuclear é a fase do treinamento.

Indubitavelmente, a teoria da guerra nuclear pode ser aprendida e apreendida pelos militares, no terreno tático e estratégico, nos laboratórios, cursos e no treinamento das Unidades combatentes e de serviço. Porém, como será possível o empreendimento do treino no campo prático e real, por parte dêsses comandantes e executantes de organizações militares? Eis um aspecto à meditação.

Como conduzir os especialistas nucleares à concretização de um trabalho que represente esforço conjuncional?

Eis, também, outro aspecto para meditar.

Porém, certo é que nas medidas tomadas em função de um esforço de equipe reside o sistema adequado com que devemos preparar-nos para as incertas do futuro.

1.1.3 — Ê evidente que essa crucial questão relativa à problemática nuclear foi criada à base da deflagração do primeiro ataque nuclear sôbre Hiroshima, no Japão, em 6 de agôsto de 1945.

Disso resultou um dado conclusivo quase que automático para os estudiosos e eruditos militares: — Ali, num único engenho de guerra, produto de alta concepção científica, residia a simplificação máxima, a destruição sob a forma mais homogênea, completa e devastadora em seus efeitos.

Depois de 140 anos de combatente progressividade na arte e na ciência da guerra, durante os quais a Divisão transmudou-se numa complexa máquina de 160 km de comprimento ou numa peça de 15 km de largura, conforme em movimento ou estacionada, os cientistas apresentaram ao mundo, surpreso, uma única solução, eficiente contra os complexos e complicados organismos clássicos da guerra nos três elementos.

1.2 — O adestramento para a sobrevivência

1.2.1 — A aurora da idade atômica nos obriga à modificação de nosso comportamento mental com respeito à guerra, atual e futura, e nossa política permanente para manter a Paz e a Liberdade.

Dai o termos que nos reportar, agora, às medidas complementativas relacionadas com o preparo da medicina militar para fins preventivos e mesmo objetivando metas pacíficas.

Se é bem verdade que, no capítulo anterior, expomos considerações condizentes com a tomada de posição para nos prepararmos para a guerra, é necessária a liderança também de um movimento visando a medicina militar preventiva quanto à manipulação nuclear.

É interessante pesarmos aqui o grau de adiantamento de nações quanto ao avanço nuclear, pois traz-nos um incentivo para nós, dentro da ânsia de progresso.

Três países assumem a dianteira na corrida nuclear: Estados Unidos, Inglaterra e Rússia.

Brevemente, a França reunir-se-á a estes e, possivelmente, após, a Bélgica, Alemanha Ocidental, China, Itália e Holanda.

A Comunidade Européia de Energia Atômica tem grande representação nisso também, constituindo, por outro lado, um incentivo à cultura e à pesquisa.

Isso, sem dúvida, gerará a automatização de uma corrida também para fins não-pacíficos, servindo-nos para um alerta a pesar em nossa capacidade de trabalho.

1.2.2 — Vamos citar alguns dos problemas que os especialistas nucleares têm que equacionar:

- 1) efeitos externos das partículas Alfa, Bêta e Gama;
- 2) efeitos das dosagens agudas;
- 3) radiação residual;
- 4) organização de tratamento e primeiros socorros;
- 5) efeito do choque e sôpro;
- 6) determinação, no terreno, dos limites de segurança nuclear para a tropa em combate;
- 7) dotação de aparelhagem nuclear pela tropa;
- 8) instalação do serviço radiológico para determinação das áreas infestadas pela radioatividade;
- 9) construção de abrigos e instalações para proteção contra a radioatividade;
- 10) defesa da população civil;
- 11) defesa de instalações fixas e móveis;
- 12) defesa genética, vegetal e animal;
- 13) instrução dos quadros e da tropa para a guerra nuclear;
- 14) descontaminação;
- 15) precipitação radioativa;
- 16) estudo, criação, uso e aperfeiçoamento de instrumentos especiais de defesa radiológica;

- 17) efeitos adicionais das radiações;
- 18) a problemática dos incêndios;
- 19) radiação térmica;
- 20) características das explosões aéreas, de superfície e sob a superfície (submarina e subterrânea).

1.2.3 — Daí, caber a essa elite de médicos, veterinários, especialistas, farmacêuticos, químicos, técnicos e cientistas militares e civis, enfim, aqui presentes, a retomada de estudos para a prevenção dos efeitos de uma guerra nuclear, assumindo papel científico, de posição, para defesa da coletividade.

Eis a responsabilidade em movimento a pesar numa equipe que tem sobre si estágio cultural e especializado necessário e suficiente para despertar as esperanças, o alívio e a segurança do pessoal civil e militar em toda a Nação.

Não basta o conhecimento e a experiência especializada para a criação de uma ação psicológica propícia à germinação de uma mentalidade renovadora e dinamizadora. O interesse e a dedicação são constituintes que irão argamassar a estrutura cultural e científica em benefício da expansão nuclear nas Forças Armadas e da própria Nação.

Isso, porém, não constituirá, estamos mais que certos, problema para esse núcleo científico, pois não há desinteresse e frouxamento na dedicação em se tratando de pesquisa científica e a concepção de medidas de segurança nacional.

A vitalidade da incrementação científica do Brasil, modernamente, é um atestado do grau de atenção, de meditação e de esforços que os homens de ciência, brasileiros, vêm dando às instituições características, particulares e oficiais.

1.2.4 — É confortante mencionar que, em março de 1959, vinte e seis médicos brasileiros constituíram a primeira turma possuidora do Curso de Medicina Nuclear em nossa Pátria. Tal curso, realizado no Centro de Medicina Nuclear da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, é um reflexo exemplar e vivo de nossa capacidade realizativa.

Atentemos que, somente daqui a dois anos, os americanos instalarão na Califórnia o seu primeiro curso de medicina nuclear, dentro de nossos moldes.

Eis um fato de que devemos usufruir ensinamentos e experiências, processando uma intercambiação de idéias e trocas informais específicas, em proveito dos nossos membros, qualificados, das classes armadas.

A presença de um grupo com oito cientistas atômicos ao Brasil, a convite nosso, em julho de 1959, composto de técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica, é uma visitação objetivando o estudo e o levantamento dos trabalhos, planejamento e possibilidades nacionais dentro do campo aplicativo, pacífico, da energia nuclear.

É interessante ressaltar que essa Agência Internacional de Energia Atômica constitui um organismo internacional destinado à fomentação do intercâmbio em recursos, em cientistas e em órgãos informais técnicos, sob o manto da ONU, com sede em Genebra.

Daí porque o que esses homens de ciência podem nos auxiliar, constituirá fator permanente de interesse, devido à interligação, no presente e no futuro, dessa Agência com elementos brasileiros.

Numa época em que o deficit de técnicos em física nuclear se faz sentir nos mais avançados centros nucleares do mundo, é fundamental o nosso adestramento nesse sentido, ouvindo-se, inclusive, a Faculdade Nacional de Filosofia, onde existem técnicos formados em assuntos nucleares, como por exemplo, no "Imperial College" e na "University College", em Londres, e passagem nos recentes "Congresso Internacional de Física e Alta Energia", realizado em Genebra e "Congresso de Física Nuclear" em Cambridge.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em junho do ano de 1959, fez realizar um Simpósio sobre "Radiações Nucleares e Seus Efeitos Biológicos", na Faculdade Nacional de Filosofia. Assuntos, entre outros, tais como "Fundamentos da Radiobiologia", por C. Chagas; "Efeitos Genéticos das Radiações Nucleares", por C. Pavan; Fundamentos físicos das explosões nucleares e experiências "Argus", por H. Carvalho; demonstram o alto sentido do que representou esse Simpósio e é mais um elo a ser conduzido aos conhecimentos dos especialistas militares para correspondentes medidas de trabalho. Como problema da elevação do nível de contaminação radioativa e seus efeitos na genética vem preocupando o mundo científico da época, e governos mais em evidência, julgou a referida Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência traçar um diagrama atualizativo, para benefício brasileiro.

Eis mais outra contribuição ao adestramento para a sobrevivência de que podemos nos beneficiar. Continuando o percurso na trilha do treinamento para a sobrevivência, citaremos aqui um fato relacionado com a pesquisa em ajuda ao exterior: no caso, ao nosso vizinho e amigo Paraguai. O que aproveitamos para realçar a presença, no II Congresso Brasileiro de Medicina Militar, de médicos ilustres, representantes do Exmo. Sr. Dr. Cezar Gagliardoní, General Diretor do Serviço de Saúde das Forças Armadas da República do Paraguai. Eis os nomes desses competentes, constitutivo de seleta representação científica militar, que citamos aqui, numa homenagem sincera e amiga a esses soldados científicos de um País, irmão por laços espirituais e acolhedor por suas provas contínuas, e bem objetivas, de hospitalidade: Coronel Dr. Raul Berton Tôrres, Diretor do Hospital Militar Central; Coronel Dr. Henrique Davalos, Chefe do Serviço Sanitário do Comando da Aeronáutica; Tenente-Coronel D.E.M. Dr. Quintiliano Melgarejo, Diretor da

Escola de Saúde Militar e Educação Sanitária; Capitão-de-Fragata Doutor Aristides Muñoz, Chefe do Serviço de Saúde do Comando da Armada.

Há pouco a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o órgão máximo encarregado da implantação de uma Doutrina Nacional de Energia Nuclear, dentro do seu esquema específico, encarregou-se de estabelecer, no Paraguai, um Curso Técnico-prático sobre metodologia de rádio-isótopos, curso êsse organizado e ministrado pelo Dr. Rômulo Ribeiro Firroni, da Universidade de São Paulo e Chefe da Divisão de Radiobiologia do Instituto de Energia Atômica. Para melhor aplicabilidade no curso, a Comissão Nacional de Energia Nuclear providenciou o aparelhamento necessário e ainda cedeu-o definitivamente à Universidade Nacional de Assunção, representando êsse ato um marco na cooperação científica Brasil-Paraguai.

Essa fórmula cooperativa atendeu a uma solicitação da Universidade Nacional de Assunção e emana um exemplo prático no campo das relações internacionais com os nossos amigos paraguaios.

Por outro lado, a presença, que houve, entre nós, dessa equipe militar técnica pode balizar o início de maiores trocas informais específicas entre as duas Forças Armadas.

Incrementar-se-ia, inclusive, plano de visitas, conferências e estágios culturais — técnico-científicos — entre os membros qualificados das Forças Militares do Brasil e do Paraguai.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear, como órgão máximo nesse assunto, poderá prestar ao Centro de Estudos Nuclear do Exército, Marinha e Aeronáutica, eficiente colaboração.

Veremos no capítulo 2 — Desenvolvimento — dessa tese, a articulação dessa Comissão com o C.E.N.E.M.A.

A Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos (CEA) possui quatro escritórios no exterior (Tóquio, Londres, Paris e Buenos Aires) para divulgação e trocas referenciais à energia nuclear, para fins pacíficos. Seria sumamente proveitoso para nós motivar a criação de semelhante escritório no Brasil. Ora, esteve aqui entre nós, representando os EUA neste Congresso, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Ralf B. Berry, da Marinha Americana. Foi uma honra para nós e oportunidade para entendimentos extra-informais.

A presença de uma pessoa qualificada, que representa uma Nação que ocupa posição científica ímpar no mundo inteiro, encheu-nos de satisfação. A propósito, é conveniente esclarecer ainda que o programa dos Estados Unidos, "átomos para a paz" poderá servir de subsídio para nós outra vez, porquanto o citado programa foi o instrumento responsável pelo fornecimento de 6 kg de urânio enriquecido a 20%, para o reator tipo "Piscina" em São Paulo. Tal cooperação deu margem a que fôsse processada a primeira reação nuclear em cadeia na América Latina. Outra grande contribuição à causa poderá ser fornecida pelo Ins-

tituto Militar de Engenharia que, com seu Curso de Energia Nuclear, está substancialmente aparelhado para propiciar as próprias bases implantativas de uma engenharia nuclear na Nação Brasileira.

Inegavelmente, os engenheiros militares, possuidores do citado Curso de Energia Nuclear, estão fadados, talvez, no País, a receberem maiores encargos, os maiores encargos para a criação de métodos e processos atinentes à revolucionária energia nuclear, no que se refere à sua tela técnico-científico.

1.3 — Objetivo

1.3.1 — A guerra, contemporaneamente, é uma produção de ciência aplicada conjugada à manutenção de um estado econômico planejado.

Em realidade, mencionar que, somente no levantamento e na conjugação dos esforços e atitudes dos componentes de todas as Forças Armadas de uma Nação reside a cobertura eficaz comum desse País, seria fantasioso e tremendamente funesto.

A reciprocidade, dentro das Forças Armadas, da escolaridade científica; a troca de informações referentes à medicina militar entre civis capacitados e militares correlacionados com esse mister; a difusão de publicações oficiais, oficiosas, condizentes com o espírito científico-militar da época; são teses com que podemos, com melhores possibilidades e tirocínio, de superioridade intelectual e de atitude material, enfrentar os fatos das crueldades da guerra científica, em vigor, e as opiniões que se agitam na ambiência das conferências, simpósios, conclaves e grupos de trabalho.

1.3.2 — Não constitui objeto de nosso comportamento primário contribuir para que os rudimentos e as sementes de um novo acordo reunitivo entre os cientistas militares e cientistas civis brasileiros sejam levados à tela do irrealismo.

Cabe-nos, isso sim, dentro de nossa modesta apreciação, de nosso julgamento e de nossa produção:

1º) contribuir para que os oficiais médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários, intendentes, especialistas em Guerra Química, Biológica e Radiológica, engenheiros e os das Armas do Exército, conhecedores, estudiosos ou dedicados ao ramo da energia nuclear se aproximem e tracem planos, conjuntamente, para melhor adequação dos métodos e técnicas realísticas, fundamentadas no aperfeiçoamento comum da máquina militar;

2º) contribuir para que os militares do Exército, acima citados, exerçam suas atividades, para o fim específico, em colaboração contínua e ativa, com os correspondentes membros da nossa Força Aérea e da nossa Marinha;

3º) contribuir para que a elevada cultura e experiência que têm os membros da Comissão de Estudos Nuclear, existente em nosso Estado-Maior das Forças Armadas, sejam colhidas e aproveitadas pelos menos experientes e mais leigos;

4º) contribuir para que a efetividade em espírito e em corpo, entre todos os integrantes credenciados nas três Forças Armadas Brasileiras e os homens de ciência civil, esteja presente e seja criada e frutificada uma mentalidade de trabalho comum que redunde em proveito do grau de segurança, que o nosso País merece nesta idade moderna;

5º) contribuir para que os centros de estudos civis, referentes à problemática energia nuclear, e que não são tão poucos assim neste País, sejam inter-associativos em relação aos organismos militares especializados, em proveito recíproco, com a máxima redundante no pensamento produtivo-científico-militar da Nação;

6º) contribuir para que os ensaios e pesquisas militares referentes ao ensino tecnológico e científico, no prisma da radiação e correlatos tenham crescentes graus atencional e equilibrado poder esforçional;

7º) contribuir para que a fabricação, a aquisição, e o intercâmbio de materiais característicos figurem na pauta, quer no setor importativo, quer na área interna;

8º) contribuir no sentido de serem criados centros de cultura especializada, nesse campo, em Universidades civis e nas Escolas de Formação, de Aperfeiçoamento e de Especialização, das nossas Forças Armadas;

9º) contribuir para a dinamização crescente do apoio governamental às iniciativas e trabalhos específicos especializados, em se tratando de um acontecimento que faz parte da própria política de defesa do Estado;

10º) contribuir para associação conjunta de idéias, métodos, processos, técnicas e ciências aplicativas formulados no conjunto setorial nuclear, entre os pesquisadores qualificados, a fim de que o nosso País não só acompanhe a progressividade científica das nações mais adiantadas do mundo, bem quanto evitar ao Brasil a surpresa científica e jamais se situe ilhadamente pela evolução dos acontecimentos da época e do amanhã;

11º) contribuir para que seja acrescido e dinamizado o processo de formação e aperfeiçoamento de pessoal militar, específico, a fim de atender à desenvoltura das pesquisas do material e das necessidades que avançam em progressão geométrica, constituindo, assim, constantes no cálculo da derivação da medicina nuclear;

12º) contribuir para que seja alimentado e vivificado o gosto pelas ciências aplicativas, de ordem nuclear, fundamentando-se na nova ordem conceitual desta geração e das que nos sucederem;

13º) contribuir para que seja cimentada a alta noção de que a sistemática no campo nuclear constitui o horizonte certo de toda e

qualquer investigação já nesta década, pois fundamenta-se na formulação de uma política dos países que desejam surgir e figurar no cenário mundial e contemporaneamente;

14^o) contribuir para que a projeção das Forças Armadas, no campo científico, se fixe numa plataforma permanente e de repercussões no palco civil com resultados favoráveis recíprocos; e

15^o) contribuir para que o Brasil possua maior campo projetional ante as demais Nações que avançam pelo perímetro nuclear.

2 — DESENVOLVIMENTO

2.1 — O raciocínio do C.E.N.E.M.A.

2.1.1 — Estamos vivendo numa época tumultuosa, em que a conquista para o êxito torna-se difícil mas não menos gloriosa. As nações se agigantam buscando outras trilhas para renovação do progresso e para a busca de novos instrumentos revolucionários de destruição. E com isso chegamos à Era Atômica.

Para que não sejamos ultrapassados pelos acontecimentos científicos, que se desdobram num lance progressivo espantoso, urge a intensificação de métodos técnicos no sentido de, no mínimo, nos prevenirmos, assegurando razoável nível de segurança e estabilidade para nossas próprias forças da nacionalidade. E é na representação ativa das suas Forças Armadas que vai residir o maior somatório de responsabilidades com que podemos, e devemos, oferecer adequado e merecido apoio, em grau de segurança e bem-estar a todos os brasileiros de modo geral e à sua população civil, em particular.

2.1.2 — O Centro de Estudos Nuclear do Exército, Marinha e Aeronáutica (C.E.N.E.M.A.) vem atender aos imperativos técnicos e científicos do mundo militar brasileiro agrupando numa sociedade de âmbito oficial exponenciais figuras militares, e mesmo civis, objetivando pesquisas no campo do átomo para fins militares e, paralelamente, para conquistas pacíficas.

Certamente que este Centro de Estudos ganhará um troféu de críticas, emanado de figuras reconhecidamente sinceras, com autoridade e com adequado senso de julgamento.

Assim é que a muitos a instalação e funcionamento do Centro asentar-se-ão num despropósito, pelo menos durante certo número de anos.

Assim é que procuramos levantar o véu dessas críticas procurando, ao mesmo tempo, rebatê-las dentro de uma harmonização de idéias e princípios construtivos.

1^o Ponto: O C.E.N.E.M.A. não pode contar com pessoal especializado, em tal quantidade que proporcione cobertura às necessidades investigadoras que dêle exigirão.

— Ora, achamos: O Centro pode, sim, contar com o pessoal especializado.

As fontes de obtenção seriam:

- a) recrutar elementos específicos existentes nas 3 Fôrças Armadas;
- b) matricular oficiais em cursos e estágios em centros de ensino civis do País e no estrangeiro, notadamente no EUA. Esses cursos ou estágios nos EUA seriam feitos em Unidades de ensino das Fôrças Armadas, órgãos governamentais ou privados. Cabe aqui ressaltar que os brasileiros são excepcionalmente bem recebidos e acolhidos nos EUA;
- c) os inúmeros institutos civis existentes no País prestariam, de bom grado, assessoramento, colocando à disposição técnicos e cientistas. O Conselho de Pesquisas, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a Faculdade Nacional de Filosofia, a Universidade de São Paulo, etc., são alguns dos citados órgãos que cederiam, estamos absolutamente certos, alguns dos seus especialistas para desempenho de funções do C.E.N.E.M.A.

A propósito, cabe recordar que, em 1959, embarcou para o Paraguai o Almirante Octacilio Cunha, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Lá, entre outras, tinha o objetivo de manter entendimentos com as autoridades locais objetivando a fomentação, entre os países de intercâmbio no campo nuclear.

A citada comissão estaria disposta a conceder bôlsas de estudos à especialistas "guaranís" que possam vir ao nosso País.

Portanto, em condições semelhantes, a referida Comissão Nacional de Energia Nuclear estaria pronta a auxiliar o C.E.N.E.M.A.;

- d) criação de cursos e estágios em Centros Militares para atenderem ao desenvolvimento do C.E.N.E.M.A. e, principalmente, à instrução da Tropa e dos Quadros.

2º ponto: O Centro não poderá dispor de aparelhagem e instrumentos especializados em proporção exigível, face, entre outros, ao seu custo e dificuldade de obtenção.

— Ora, achamos: sim, o C.E.N.E.M.A. pode dispor, já, de aparelhagem e instrumentos especializados.

Em acôrdo com o Instituto Militar de Engenharia, com a Comissão de Energia Nuclear e outros organismos, oficiais e privados, poder-se-ia contar com o equipamento necessário, que progressivamente iria sendo adquirido, por verbas próprias, doações, etc.

3º ponto: O C.E.N.E.M.A. necessitaria, para dar vazão à amplitude dos seus serviços, de enormes verbas.

— Ora, achamos: O CENEMA iria, progressivamente, desenvolvendo os seus serviços. Em conseqüência, no mínimo, êle contaria com o Conselho Nacional de Pesquisas, que é um organismo governamental criado para, entre outros, auxiliar órgãos setoriais encarregados de pesquisas. E nesse caso esta o C.E.N.E.M.A.

4º ponto: O C.E.N.E.M.A. não encontraria, ainda atualmente, campo e receptividade propícios aos seus investimentos técnicos-científicos.

— Ora, achamos: Há um interesse, maior do que se supõe, em nosso País, pelos assuntos nucleares. O desenvolvimento de Cursos sobre tais assuntos é um fato sintomático e realístico.

Do interesse existente, vamos citar, entre outras, uma prova:

Na Faculdade Nacional de Filosofia, existe o Núcleo de Estudos e Pesquisas Científicas. Pois bem: êsse Núcleo, sob os auspícios da Comissão Nacional de Energia Nuclear, fêz realizar dois cursos — um versando sobre "Introdução ao Estudo de Energia Nuclear" e o outro sobre "Mineralogia e Patrografia dos Minerais Radioativos" cursos êsses ministrados por professores da referida Faculdade e que encontrou imensa receptividade.

Portanto, há o interesse militar, ainda, em que as nossas Fôrças Armadas não fiquem desatualizadas no campo da energia atômica.

5º ponto: A criação e funcionamento do C.E.N.E.M.A. seriam incoerentes, já que inexistem, em bases harmônicas e práticas, centros semelhantes em cada uma das Fôrças Armadas.

— Ora, achamos: O fato de inexistir no Exército, na Marinha e na Fôrça Aérea núcleos substanciais sobre a energia nuclear não representa bem a realidade.

O Estado-Maior das Fôrças Armadas (EMFA) e o Instituto Militar de Engenharia, por exemplo, são pontos vigorosos e preciosos no campo de estudos nucleares.

E supondo que nada existisse não seria um argumento sólido para a não criação do C.E.N.E.M.A. Ressaltamos que o Instituto Militar de Engenharia dispõe de um Curso de Engenharia Nuclear.

6º ponto: O C.E.N.E.M.A. iria constituir um organismo com finalidade idêntica à Comissão Nacional de Energia Nuclear e, logo, desnecessário.

— Ora, achamos: A Comissão Nacional de Energia Nuclear, diretamente subordinada ao Exmo. Sr. Presidente da República, é um organismo disciplinar de uma política nacional nuclear. Êsses dois órgãos iriam se completar; haveria oportunidade para maior campo operativo e cooperativo, em que a Comissão de Energia Nuclear exerceria importante papel no auxílio ao C.E.N.E.M.A.

Eis, em suma, alguns dos aspectos que achamos interessantes retocar, para defender a causa da criação do C.E.N.E.M.A.

Sem dúvida que uma Diretoria do CENEMA dinâmica, é revitalizadora e possuída de capacidade criadora buscará acórdos, soluções e empreendimentos visando alcançar melhor o seu desenvolvimento.

2.2 — Evolução

2.2.1 — A organização do C.E.N.E.M.A., que mostraremos adiante, constitui o prelúdio do que poderá ser, na prática, entidade dinâmica.

Sendo uma estrutura original em sua origem estará sujeito à crítica e à distorsão. Porém trata-se de uma introdução ao arcabouço de uma organização que poderá e deverá sofrer mutações em seu conteúdo. Deve de base, no mínimo, para novos estudos.

2.2 — Organizações do C.E.N.E.M.A.

3 — Comentários

2.3.1 — A montagem da organização retro o foi atendendo à flexibilidade, simplicidade e à variabilidade do sistema que ora submetemos à consideração do Estado-Maior das Forças Armadas.

Vejamos, sinteticamente, algumas observações à margem desse arcabouço que visa, entre outros objetivos, à criação de uma nuclearização condizente com as nossas aptidões e possibilidades militares.

A) Diretor-Geral:

Deve ser um Oficial-General, da ativa, de qualquer uma das três Forças Armadas, com grande tirocínio administrativo e acentuado valor técnico-científico.

A Chefia do C.E.N.E.M.A. é obtida mediante o processo por sufrágio.

Sua missão será a de responsabilizar-se pelo desenvolvimento dos estudos nucleares, basicamente, nas nossas três Forças Armadas.

B) Subdiretor-Geral:

Deve ser um Oficial-General da Ativa, do Exército, Marinha ou da Força Aérea, possuidor de comprovado tirocínio administrativo e experiência em pesquisas físicas.

Também aqui na Subchefia a sua obtenção é galgada através do processo por sufrágio.

Terá o Subdiretor-Geral o controle e a coordenação de todo o mecanismo funcional e administrativo do C.E.N.E.M.A.

C) Gabinete:

É um órgão constituído pelos responsáveis máximos pelos setores de Saúde nas Forças Armadas, pelo oficial médico mais graduado do EMFA e pelos oficiais designados a critério do Chefe do Gabinete, este sendo o Oficial-General mais antigo dos três do Serviço de Saúde.

Tem a finalidade precípua em constituir-se em um Conselho consultivo, perante o Diretor-Geral, nos assuntos de medicina.

D) Unidade Administrativa:

É o setor especificado e concernente ao desenvolvimento de toda a vida administrativa do C.E.N.E.M.A.

Como vimos no fluxo grama, em linhas atrás, as Seções Administrativas dos diversos Departamentos estão subordinadas administrativamente à Unidade Administrativa. Em consequência, os diversos Depar-

tamentos, o Agrupamento Assessorial e o Gabinete não têm relações de trabalho com fatos administrativos.

O Chefe e o Subchefe, do Serviço de Intendência são escolhidos através do método seletivo, o sufrágio. Aos demais elementos a escolha mediante critério seletivo, em que serão escolhidos os aprovados em prova específica, ou, então, indicação conjunta do Subdiretor-Geral e Chefe da Unidade Administrativa, em se tratando de oficiais da ativa.

E) Agrupamento Assessorial:

O Chefe desse Agrupamento será um engenheiro militar do EMFA, do Exército, Marinha ou Aeronáutica. Será escolhido mediante indicação do Diretor-Geral, do Subdiretor-Geral, de qualquer um dos três Oficiais-Generais responsáveis pelos órgãos de Saúde nas classes armadas ou pelo representante médico do EMFA.

Quanto aos restantes assessôres serão indicados por qualquer um dos Oficiais-Generais do C.E.N.E.M.A. ou pelo Chefe do Agrupamento Assessorial. Esse Agrupamento visa assessorar qualquer integrante ou órgão do CENEMA ou, ainda, cooperar nas pesquisas, segundo esforço e credencial pessoais.

F) Quanto ao Departamento do Espaço Interplanetário é um órgão que deverá ser criado não já. Porém, caberá ao Agrupamento Assessorial emitir estudo fundamentado sobre o mesmo, devendo-se, desde agora, ser previsto seu esqueleto organizativo. A vantagem nisso é evidente face ao progresso espantoso da ciência. Sim, quando constatamos que o átomo foi desintegrado há apenas 25 anos (no ano de 1932); que há 15 anos nenhum soldado ouvira falar de uma bomba ou granada atômica; que há 25 anos nenhum homem na Terra podia prever exatamente o lançamento do Satélite Artificial.

G) O Exército, a Marinha e a FAB estão representados, respectivamente, pelos Departamentos Terrestre, Naval e Aeronáutico. A esses Departamentos estão incumbidos toda sorte de problemáticas correlacionadas e relacionadas com a energia nuclear. São auxiliados, se for o caso, pelo Agrupamento Assessorial.

Os Diretores desses Departamentos são selecionados entre os Coronéis com o Curso de Estado-Maior, dando-se prioridade, entre os mesmos, àqueles possuidores de trabalhos sobre a Energia Nuclear ou com o Curso de Guerra Química.

São escolhidos pelo processo seletivo do sufrágio.

H) As Divisões de Medicina Militar, Engenharia Nuclear e a Executiva, são chefiadas, respectivamente, por médico militar, engenheiro militar e oficial com o Curso de Estado-Maior.

Cada Chefe dessa Divisão deve ser Coronel (ou posto correspondente nas outras Forças) ou Tenente-Coronel (idem, idem) e indicado por qualquer dos Chefes a que ele está subordinado, desde os Diretores dos Departamentos até o Diretor-Geral do C.E.N.E.M.A.

I) Os oficiais com o Curso de Guerra Química, os Intendentes, os Farmacêuticos, os Veterinários, etc., exercerão trabalhos nos Núcleos ou no Agrupamento Assessorial.

J) Convém ser ressaltado que na Unidade Administrativa só servirão oficiais intendentes.

K) Finalizando essa síntese, mencionemos que a presente estrutura do C.E.N.E.M.A. está, apenas, com o seu esqueleto esboçado.

Não temos a pretensão, em absoluto, de levantar, orgânicamente, um sistema fiel em seus princípios administrativos funcionais rígidos e atribuições especificamente desenvolvidas. Mesmo porque o tempo de que dispomos para apresentação deste trabalho impediu-nos de abraçar maior espaço dentro da limitação temporal.

Estamos dispostos a, em qualquer outra oportunidade e em qualquer época que nos fôr solicitado, desenvolver o presente trabalho.

Nosso pensamento visa à conduta de como melhor possa servir ao Exército, do qual somos membro.

3 — CONCLUSÃO

3.1 — O preparo das elites como autoconservação

3.1.1 — Estamos a terminar deste trabalho.

Estamos fugindo à realidade dos acontecimentos, que se precipitam, se não procurarmos desenvolver em nossas almas, em nossos corações, em nossos cérebros e nos nossos braços, a idéia renovadora e revitalizadora de que urge progredir. A esta elite presente, que é o EMFA, cabe acelerar o passo da desenvoltura progressista.

Nada é mais certo do que afirmar de que tudo é progresso o que vai acontecendo em todos os setores militares.

Temos pessoal militar entusiasmado, dedicado, com conhecimento de que as nossas forças terrestres, aéreas e navais estão sofrendo, atualmente, uma transmutação, para beneficiar aos que nos sucederem.

Nós, militares profissionais, que somos responsáveis pela segurança de nossa Pátria, ainda achamos que não demos tudo pelas nossas Forças Militares. Sentimos que ainda há muito a fornecer e a nada perceber em troca. Do que já constituímos e já funcionamos resolvemos pensar no meio de, continuamente, aperfeiçoar o sistema.

Cabe-nos prever a sorte dos acontecimentos, não para desejar a guerra, mas para preveni-la.

Preveni-la em suas formas, em sua vontade de defesa médica, em sua exposição de mostra armamentista.

3.1.2 — Evidentemente o C.E.N.E.M.A. deverá ter uma formulação básica no roteiro de seus trabalhos.

Ei-la:

- 1º) Necessidade do desenvolvimento da pesquisa e da indústria nuclear nas Fôrças Armadas;
- 2º) Necessidade na formação e adestramento de pesquisadores militares;
- 3º) Necessidade na obtenção de equipamento especializado;
- 4º) Necessidade de renovar esforços, junto às indústrias, no sentido de iniciar o fabrico, no País, de materiais técnico-científicos.

3.2 — Qual o prêmio de nossos esforços militares? Qual o mérito em nossas convicções militares? Qual o valor em que nos aprofundamos em debates neste pequeno trabalho pensando no desenvolvimento da medicina militar? Haverá troféu que ultrapasse a dianteira em nosso caminhar pelo avanço da ciência médica? Qual o valor, verdadeiro, real, dessa equipe de oficiais de EM, de engenheiros militares, de técnicos, de especialistas, etc., procurando desinteressadamente, dar algo para o grupo social, para a nossa comunidade militar?

— Hoje somos todos gigantes na preocupação pelo bem do Brasil. Amanhã, estaremos esquecidos e nossos trabalhos ficarão reduzidos a pó em sua concepção e genialidade iniciais.

Mas foi pelos trabalhos, que todos realizamos, que o amanhã acolherá o calor de nossos esforços em prol da melhoria das condições de vida e da própria sobrevivência.

Nada do que aqui fizemos foi grande.

Grande foi a recompensa em sabermos que procuramos servir às nossas Fôrças Armadas e ao Brasil.

3.3 — Término

3.3.1 — Agradecemos, devotadamente, esta oportunidade em procurar servir.

3.3.2 — Uma prece à Deus pelo nosso Exército, pela nossa Marinha e pela nossa Fôrça Aérea Brasileira. E outra pelo nosso Brasil.

Os artigos destinados à publicação em A DEFESA NACIONAL devem estar datilografados, espaço duplo e vir acompanhados de fotografias, desenhos, gráficos, etc. Os desenhos devem ser feitos com tinta nanquim, para sua perfeita reprodução.

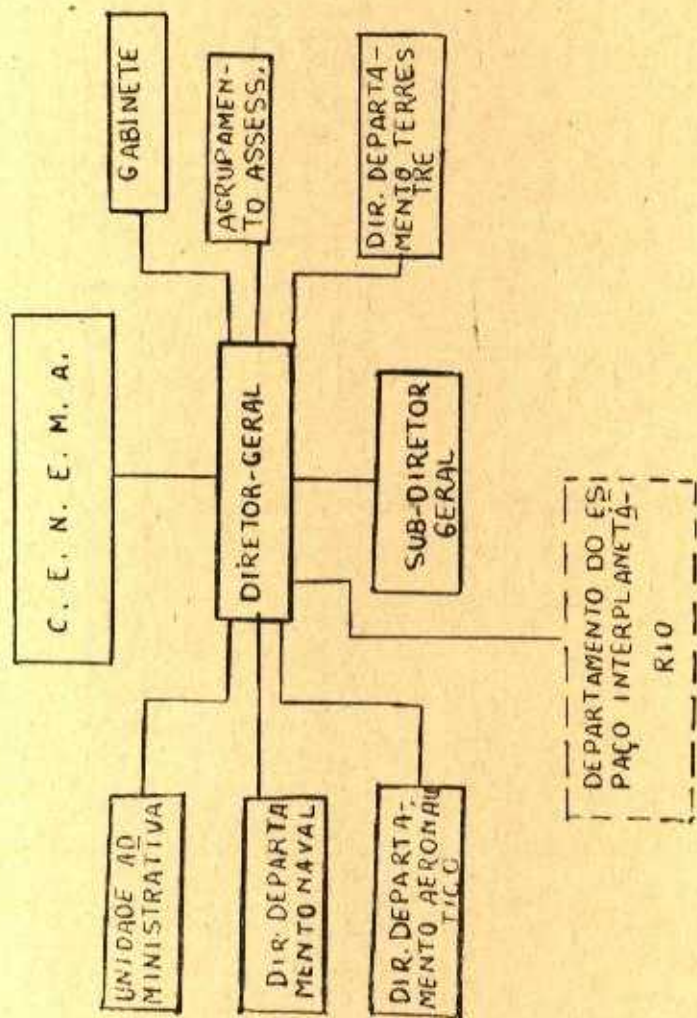
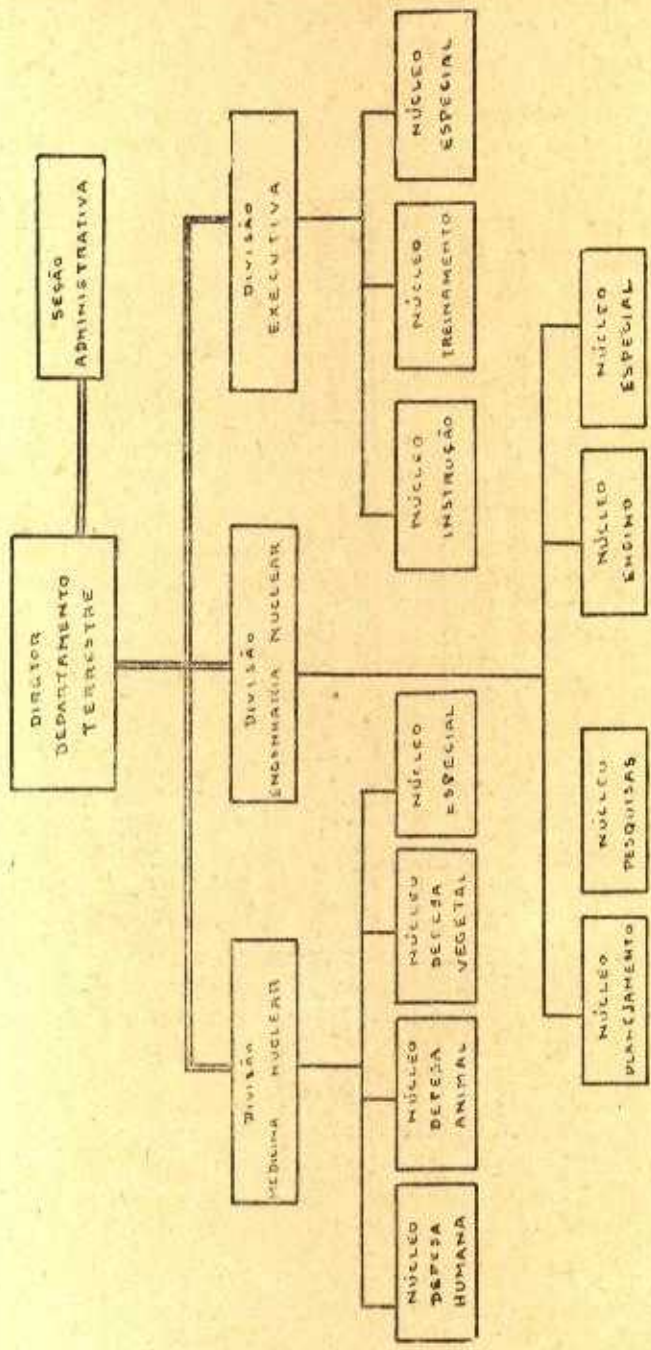


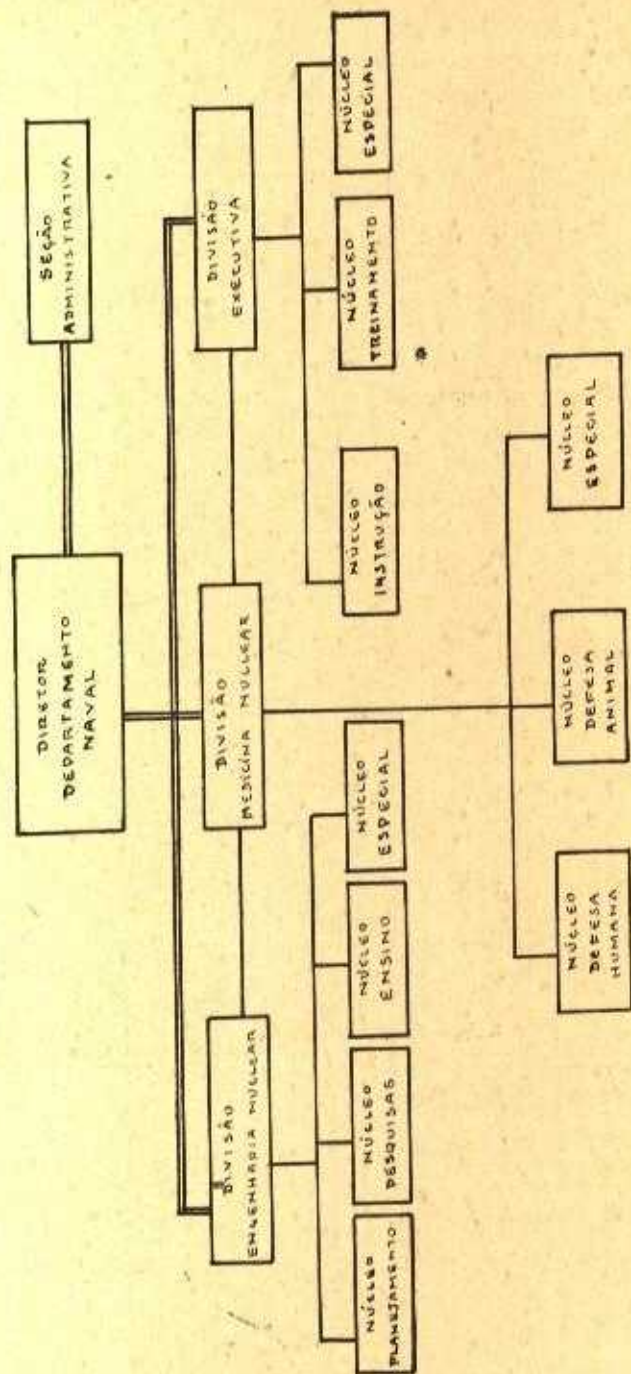
FIG. 1



LEGENDA:

===== COMANDO

----- LIGADA



LEGENDA: COMANDO
 LIGAÇÃO

FIG. 3

GABINETE

DIRETOR DE SAÚDE
DE DO EXER-
CITO

DIRETOR DE SAÚDE
DE DA MARINHA

DIRETOR DE SAÚDE
DE DA AERONAUTI-
CA

OFICIAL MEDICO
DO EMFA

DIVERSOS

CHEFIA

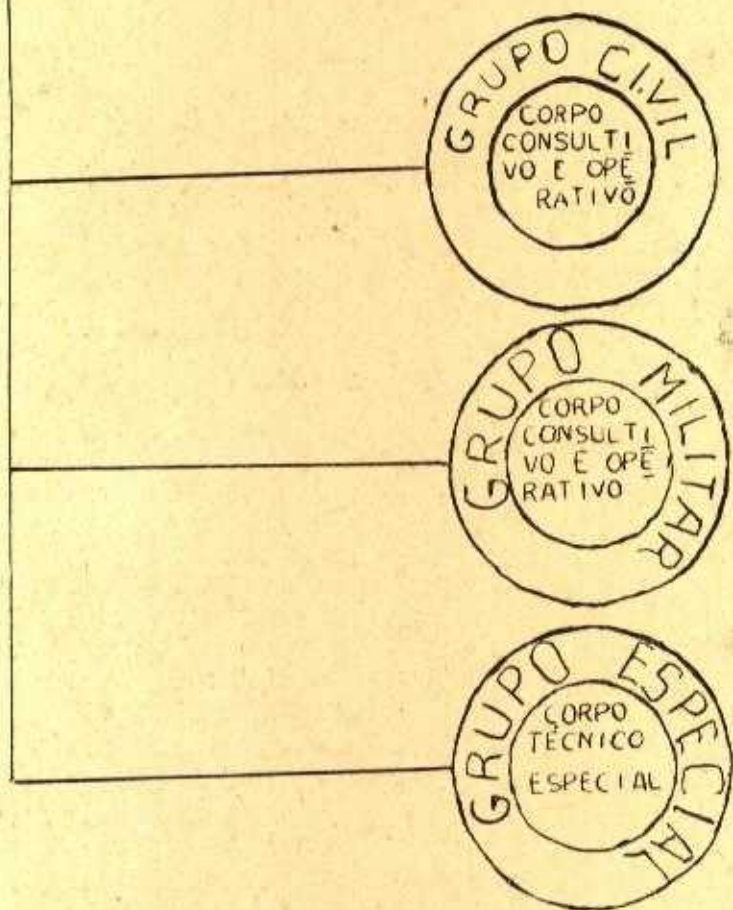


FIG. 7

